

O PDE traz avanços na questão da habitação, mas abre portas imensas torando a cidade um tabuleiro de negócios, embora a revisão do Nabil nas questões sociais da habitação, e em outras, tenha sanado muitos dos problemas introduzidos em exagero por SMDU. Bem, mas se o PDE tem algum avanço, e difícil, está aí em vias de ser votado. Apresento a seguir em cada arquivo uma proposição protocolada para as discussões em curso.

## **CONTRIBUIÇÕES AO PLANO DIRETOR: 2**

**SOBRE OS POLOS DE ECONOMIA CRIATIVA COMO ESTÃO NO PDE - INSTRUMENTO DE CONCENTRAÇÃO E ELITIZAÇÃO!!!!**

**DEMANDAMOS A SUPRESSÃO DOS ARTIGOS 174 e 177 que preveem a criação de Polos de Economia Criativa, na verdade um único, e em especial os incisos III e V do artigo 176 por sua impertinência e espírito antidemocrático em contradição com os princípios declarados do plano.** Como se encontram no substitutivo, podem estimular processos de expulsão de população considerada "indesejada" de determinadas regiões e estimular apenas os interesses de determinados grupos empresariais em detrimento dos vários outros grupos que compõem a sociedade paulistana.

Nos incisos em que define seus direcionamentos, ao invés de privilegiar os pequenos produtores, privilegia (inciso III) ativos de empresas e (inciso IV), reurbanização de áreas, o que além de uma contradição e impertinência a esse instrumento, revela com que aspectos pretende associar-se este dispositivo! a maneira como estão formatados, gera, de fato, um sistema em que se privilegia a cultura promovida segundo uma perspectiva empresarial e não aquela promovida cotidianamente pelas pessoas e pelos grupos culturais — ao contrário, mercantiliza esta cultura.

Caso os instrumentos relacionados aos Polos de Economia Criativa da proposta de Plano Diretor Estratégico da Câmara forem aprovados, negócios urbanos como estes — nos quais a cultura se transforma em mercadoria a ser consumida por poucos e a ser lucrada por pouquíssimos — se tornarão muito mais fáceis e previsíveis. Não por acaso, o PDE define o primeiro - e único no PDE - "Polo de Economia Criativa" da cidade em sua área central, nos distritos Sé e República

(onde está, por exemplo, a região da Luz e Santa Ifigênia). A isto ainda se soma a proposta de um "Território de Proteção Cultural" entre o Centro Velho e a Avenida Paulista — que permanece, aliás, solitário neste PDE, já que as sugestões durante as audiências públicas de criação de outros territórios em áreas periféricas e de que o Território Centro deveria incluir o rico patrimônio cultural e memória operária nos bairros do Bras, Mooca e Belenzinho, vêm sendo ignoradas pela Câmara.